



Mudanças em 438 seções eleitorais

Troca de locais de votação para o segundo turno requer atenção do eleitorado, mas afeta parcela mínima das urnas

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou, ontem, mudanças em 438 seções de votação para o segundo turno, queda em relação ao divulgado no final de semana. No sábado, eram 4,3 mil seções, e no domingo, 1.116. Segundo a Corte, os dados ainda estão em atualização, à medida que as zonas eleitorais concluem os registros e realizam os ajustes necessários nos sistemas. Por isso, os números podem sofrer alterações. As informações correspondem à última atualização antes do fechamento desta edição.

Mais de 130 mil eleitores de 22 estados brasileiros tiveram os locais de votação alterados para o segundo turno. Minas Gerais concentra o maior número de pessoas afetadas, com 29.715. Na sequência, aparecem o Paraná, com 17.968, e o Amapá, com 11.614.

De acordo com o TSE, as mudanças acontecem em todas as eleições por motivos como reformas de última hora, melhorias de acessibilidade em prédios públicos e os impactos de fortes chuvas. Em alguns casos, os danos provocados pelas condições climáticas exigiram a transferência preventiva das seções para instalações próximas e mais seguras. A Corte ainda diz que o número de seções eleitorais alteradas na última eleição presidencial foi consideravelmente maior, com 5.822.

Impacto mínimo

O professor e membro da Academia Brasileira de Direito Político e Econômico (Abradep) Bruno Andrade argumenta que o impacto da mudança é mínimo, já que apenas um parcela muito pequena das 517.179 seções brasileiras foi afetada. “Esse eleitor não perde o direito de votar: ele vota em local próximo, com estrutura semelhante. Como as mudanças alcançam regiões e perfis diversos,

Ed Alves/CB/D.A Press



Carta assinada pelos 27 TREs reafirma compromisso com transparência e garante que mudança ocorre quando “absolutamente necessário”

eventuais ausências se diluem e não tendem a favorecer nenhuma candidatura”, avalia.

Andrade lembra também que essas alterações ocorrem em todas as eleições. Ele explica que os eleitores atingidos são informados a tempo por meio de avisos na internet, rádios e comunidades locais. “A diferença, neste ano, foi a viralização do tema, que levou o assunto a quase todo o eleitorado. As decisões cabem às zonas eleitorais, que conhecem cada realidade, e todos os endereços estão disponíveis nos canais oficiais. Isso revela um

processo organizado e transparente, que se ajusta para garantir o voto com segurança”, explica.

Em resposta às mudanças nos locais de votação, a deputada federal eleita Rosa Amorim (PT-PE) acionou o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), ontem, cobrando maior divulgação sobre as mudanças nos locais de votação para o segundo turno. “Estamos falando de uma eleição que vai decidir os rumos do Brasil nos próximos quatro anos. Cada voto importa, e ninguém pode ser prejudicado pela falta de informação.

É fundamental combater a abstenção e garantir que o povo pernambucano tenha todas as condições de participar dessa decisão”, acrescenta a parlamentar.

Em meio às cobranças, os 27 TREs divulgaram uma nota conjunta endereçada ao presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, reforçando o compromisso com a transparência. Segundo o documento, as mudanças de local ocorrem “apenas quando absolutamente necessário”. “Até o dia da realização do segundo turno, cada um dos 27 Tribunais Regionais

Eleitorais divulgará, por todos os meios de comunicação disponíveis, os locais de votação eventualmente modificados”, diz a carta.

O advogado eleitoral Juarez da Silva, do Juarez da Silva Advogados Associados, explica que a primeira providência que o eleitor deve tomar caso compareça à seção de votação errada é consultar imediatamente o novo endereço por meio do aplicativo e-Título. “Em regra, o eleitor não pode simplesmente votar em qualquer seção eleitoral: precisa comparecer à seção para a qual está

Confira onde você deve votar:

Para verificar se a sua seção foi alterada, basta entrar no aplicativo e-Título, na área “Onde votar”. Também é possível fazer a consulta no “Autoatendimento Eleitoral”, no site do TSE, ou pelo ChatVote, no mesmo portal, que disponibiliza um assistente virtual para tirar dúvidas dos eleitores.



Divulgação/ TSE

Reconstrução do diálogo

» RAFAELA BOMFIM*

A eleição presidencial não encerra a disputa política nem resolve a divisão entre os brasileiros. Para o jurista José Geraldo de Sousa Júnior, dirigente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Conselho Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o principal desafio após a votação será reconstruir o diálogo em uma sociedade marcada por posições antagônicas.

Em entrevista aos jornalistas Denise Rothenburg e Ronayre Nunes, ontem, durante o *CB.Poder*, parceria do *Correio Braziliense* com a TV Brasília, ele afirmou que o próximo governo precisará construir acordos para garantir a governabilidade e enfrentar as tensões entre os Poderes.

“O aprendizado desses dias para todos, inclusive para as candidaturas, é o aprendizado de resgate da política como mediação para as diferenças e para ultrapassagem de conflitos”, declarou.

Ao analisar os cenários eleitorais, José Geraldo destacou que o

vencedor terá dificuldades para estabelecer consensos no Congresso Nacional. Segundo ele, a continuidade do atual governo enfrentará limitações de sustentação parlamentar e tensões institucionais. Já a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), na avaliação do jurista, ainda precisa apresentar com clareza aspectos de seu projeto, especialmente na área econômica e em relação às mudanças constitucionais defendidas por seus apoia-

dores. O professor ressaltou que a governabilidade exige mais do que apoio eleitoral: depende da construção de entendimentos políticos e da capacidade de administrar divergências.

A entrevista também abordou as diferenças entre os espectros políticos. José Geraldo explicou que os campos tradicionais se distinguem pelos projetos de sociedade que defendem. A esquerda, segundo ele, tem como princípio a emancipação social, a inclusão e a distribuição da riqueza produzida coletivamente. A direita, historicamente, esteve associada à manutenção

de privilégios e à concentração de acesso aos bens. O jurista ponderou, contudo, que a política não pode ser reduzida a uma disputa entre grupos homogêneos.

Ao tratar do bolsonarismo, afirmou que o movimento ultrapassa as classificações tradicionais. “O bolsonarismo se incrustou nesse processo. Ele não é direita ou esquerda, ele é ‘ismo’”, disse. Na avaliação dele, o fenômeno se relaciona à expansão internacional de forças de extrema direita, que adotam posições contrárias à imigração e à emancipação de determinados grupos sociais. O professor também ressaltou que as divergências precisam ser enfrentadas por meio da política, sem que o antagonismo se transforme em impedimento ao diálogo.

O professor ressaltou, ainda, que propostas de mudanças constitucionais exigem negociação e não podem ser tratadas como consequência automática da vitória de um candidato. Mesmo uma bancada numerosa, segundo ele, precisa construir acordos para aprovar alterações dessa dimensão.

Geopolítica

No cenário internacional, José Geraldo defendeu o fortalecimento dos organismos multilaterais diante do enfraquecimento das instituições responsáveis pela negociação entre países. Ele mencionou as tensões geopolíticas, os conflitos armados e a atuação de lideranças que se afastam de mecanismos de cooperação.

“Ou se restaura o direito internacional e ele é o lugar onde você cria mediações confiáveis, previsíveis, negociadas e iguais do ponto de vista do processo de debate sobre como articular interesses comuns, ou você entra na condição de uma guerra generalizada”, afirmou. José Geraldo também apontou o Brasil como um país que pode contribuir para a construção de alternativas diplomáticas.

O uso da religião nas campanhas eleitorais foi outro tema discutido. José Geraldo afirmou que a religiosidade integra a formação cultural brasileira e pode oferecer referências éticas à sociedade, mas não deve ser utilizada como instrumento para determinar

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



Jurista alertou que mudanças na Constituição devem ser negociadas

decisões políticas. “Quando você faz isso, você rebaixa a religião e você rebaixa a política”, declarou, ao criticar o uso da fé como mecanismo de disputa eleitoral.

A crise do Supremo Tribunal Federal (STF) e a possibilidade de mudanças na composição da Corte também foram abordadas. José Geraldo avaliou que o tribunal tem condições de se reorganizar diante das tensões, mas precisa discutir seu funcionamento e fortalecer

habilitado, ressaltadas as hipóteses legalmente previstas”, afirma.

Para Juarez, embora a Justiça Eleitoral possa fazer essas alterações, mudanças próximas à eleição podem gerar dificuldades para idosos, pessoas com deficiência, eleitores com mobilidade reduzida e moradores de regiões afastadas. “A Justiça Eleitoral deve facilitar o exercício do voto, jamais transformar uma alteração administrativa em barreira à participação democrática”, avalia. No próximo domingo, mais de 158 milhões de brasileiros devem comparecer às urnas para votar.

a atuação colegiada. Ele defendeu uma reforma construída por meio de debate nacional, sem que a instituição seja submetida aos interesses de grupos políticos.

Ao concluir a entrevista, o jurista sintetizou a reflexão que, em sua avaliação, deve orientar o país após a votação: “A grande questão é saber se a sociedade ganha ou perde”.

* Estagiária sob a supervisão de Victor Correia